



Hidromar

Qualidade em andamento

O Instituto Hidrográfico (IH) é uma Instituição que se tem pautado pela qualidade dos produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes. No entanto, se este termo pode servir para adjectivar o nosso trabalho, este terá ainda um significado mais abrangente e ambicioso ao ser a razão de um sistema de gestão – o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

Para assegurar o compromisso de fornecer produtos e serviços de qualidade a todas as partes interessadas (ver caixa – PARTES INTERESSADAS), o Instituto tem procurado a melhoria

contínua dos seus sistemas produtivos. Neste sentido, a integração de procedimentos e ferramentas de gestão, tendo por base referenciais normativos, comprovados a nível internacional, como os da *International Organization for Standardization* (ISO), constitui um passo natural.

Assim, de modo a assegurar a gestão do planeamento, implementação e desenvolvimento das actividades relativas ao Sistema de Gestão da Qualidade, foi criado, no final de 2006, o Departamento da Qualidade.



SUMÁRIO

- | | | |
|--|--|--|
| 5 Gabinete Jurídico | Instituto Hidrográfico premiado pela ESRI Portugal | 2006/2007; Visita de Estudo dos alunos da Escola; Secundária Saint Dominic's International School; |
| 6 Escola de Hidrografia e Oceanografia | 15 Habitantes do convento das Trinas... | Visita dos estagiários de 2007 dos cursos: Capitão de Porto, Adjunto de Capitão de Porto e Patrão-mor |
| 7 Poluição por derrames | 16 IH – nove anos na Rua do Arsenal | 22 Visitas: do Curso CFCO/CFMCO; Formandos do Curso Geral de Formação Técnico-Profissional da Polícia dos estabelecimentos de Marinha; |
| 8 Culturas marinhas no mar e Segurança para a navegação | 18 Novos Chefes Serviço de Aprovisionamento e Património, do Serviço de Controlo e Gestão e do Serviço Comercial | Visita do Inspector da Marinha do Reino de Marrocos |
| 10 Na preparação da Nauticampo 2007 – Serviço de Artes Gráficas: trabalho a todo o vapor | Comandante Delgado Vicente de regresso ao IH | 23 Bispo da Diocese das Forças Armadas e de Segurança |
| 11 Actividades das divisões e navios hidrográficos | 19 Dr.ª Manuela Matos, Celina Alegre e Eng. Luís Laranjeira no IGA | 24 Admiral Sir Jonathon Band KCB ADC |
| 12 Nauticampo 2007 – IH presente na maior feira náutica nacional | 20 Novos estagiários: Manuela Santos, Ana Margarida Gomes, Hugo Ramalho | |
| 14 Processos de modernização administrativa – Sistema TEMPUS | 21 Visitas: Curso de Promoção a Oficiais Superiores | |

PARTES INTERESSADAS

A norma NP EN ISO 9000:2005 – define como parte interessada: «Pessoa ou grupo com interesse no desempenho ou sucesso de uma organização.» Este é um conceito que tem vindo a ser introduzido nas revisões que os normativos têm sofrido. Actualmente já não é só o cliente que deve ser objecto de atenção. Com a implementação do SGQ, é esperado que as organizações beneficiem também clientes, proprietários ou accionistas, colaboradores, fornecedores, comunidades locais e a sociedade em geral.

No IH este conceito envolve um leque muito alargado de organizações e instituições, onde a Marinha é sem dúvida uma parte interessada, que desempenha um papel fundamental, quer como organismo que tutela e define orientações para a Direcção quer como principal «cliente» em função do qual são definidos requisitos para os processos de realização de produtos e serviços. Nesta definição de requisitos o utente da «coisa pública» também tem um papel importante, como parte interessada, nomeadamente o ligado ao mar, como principal utilizador dos serviços públicos que o IH presta a toda a comunidade, de acordo com as suas atribuições.

O Departamento da Qualidade (DQ), encontra-se sob a direcção do CMG Valente Zambujo, sendo chefiado pelo CTEN Moreira Pinto. Este conta ainda com o apoio técnico do Eng. António Quintas e da Eng.ª Pilar Pestana da Silva como coordenadora para acreditação dos ensaios laboratoriais.

A ligação a todas as áreas é assegurada através de POC's (*Point of Contact*), num total de doze elementos nomeados, em todas as Direcções do Instituto, que em conjunto com o DQ serão elementos impulsionadores deste projecto.

O SGQ é transversal a toda a nossa organização envolvendo todos os funcionários e partes interessadas (*Stakeholders*) no nosso Instituto.

A primeira meta deste trabalho contínuo é a implementação do SGQ e a certificação do IH tendo por âmbito, nesta fase, os produtos e serviços relacionados com a segurança da Navegação e com a Hidrografia. Pretende-se, em simultâneo, criar a estrutura de base para a acreditação dos ensaios laboratoriais, dos laboratórios de Química, Geologia e de Calibração de Instrumentos, tendo

por objectivo a sua acreditação no final de 2008.

Embora estas metas sejam objectivos importantes e fundamentais, não deixarão de ser simples etapas de um caminho contínuo que será o da Qualidade no Instituto Hidrográfico.

Ao implementar um SGQ estamos a iniciar um processo de mudança?



Sim, a palavra «Qualidade», em maiúscula, encarada como enquadramento de um Sistema de Gestão, congrega vontades (expectativas) que conduzem a mudanças que podem provocar, naturalmente, algumas «reações» e por vezes «resistência». Não se pretende nenhuma mudança radical na «cultura» organizacional, até porque estas implicam muito tempo e no IH a qualidade sempre foi apanágio de boa parte dos procedimentos, mas conceitos como «Focalização no cliente», «Abordagem por processos» e «Melhoria contínua», são alguns dos princípios a aplicar e que vêm trazer alguma amplitude a esta mudança.

Para se implementar um SGQ e certificar os processos da nossa organização de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000, é necessário não nos perdermos do essencial:

- **entender o que a norma diz** – obrigando à sua leitura atenta e sistemática;
- **compreender o seu significado** – procurando a forma como os princípios e as práticas propostas vão de encontro à satisfação de todas as partes interessadas;
- **saber como a aplicar à nossa organização** – procurando entender o que esta requer da maioria das nossas actividades, enquadradas na nossa cultura e constrangimentos, sem confundir o que é instrumental do que são os fins que se pretendem alcançar.

Boletim do Instituto Hidrográfico N.º 98, II Série, Abril 2007



Hidromar

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL MARINHA

INSTITUTO HIDROGRÁFICO
Rua das Trinas, 49 – 1249-093 LISBOA • PORTUGAL
Telefone +351 210 943 000
Fax +351 210 943 299
E-mail mail@hidrografico.pt
Website www.hidrografico.pt

TÍTULO HIDROMAR – Boletim do Instituto Hidrográfico (IH)
NÚMERO 98, II Série, Abril 2007
REDAÇÃO E COORDENAÇÃO Paula Mourato E-mail: paula.mourato@hidrografico.pt
FOTOGRAFIA Gabinete de Multimédia, Serviço de Informação e Relações Públicas (Gabinete CEMA)
DESIGN GRÁFICO Jorge Tavares
IMPRESSÃO Editorial do Ministério da Educação
TIRAGEM 5000 exemplares
DEPÓSITO LEGAL 98579/96
ISSN 0873-3856

O prazo limitado para a implementação do SGQ no IH, levou a considerar o apoio de uma entidade consultora, que trouxe para o seio da nossa organização experiências, nomeadamente na interpretação da norma, no apoio ao processo de mudança, e uma visão externa não ligada à forma habitual e por vezes pouco isenta de avaliar as nossas actividades e os seus fluxos. No entanto, não podemos deixar de mencionar que este apoio não substitui o necessário envolvimento de todos na construção e implementação do Sistema, sob pena do mesmo ficar comprometido pois não corresponde aos fluxos da organização, nem à possibilidade dos seus funcionários se reverem na sua forma de funcionamento e aplicação.

A implementação do SGQ do IH

A implementação do nosso Sistema de Gestão de Qualidade irá decorrer durante esta primeira fase, até ao final de 2007, ao longo de cinco grandes fases:

Diagnóstico organizacional e Planeamento – fase que já decorreu durante o mês de Janeiro e teve como objectivo identificar e caracterizar as actividades desenvolvidas no âmbito do Sistema, avaliar o nível de adesão e cumprimento dos requisitos normativos, efectuar o levantamento das necessidades para a sua implementação, e que culminou com a elaboração do Plano de Acção para cumprir a etapa da certificação no final do ano de 2007.

Formação e sensibilização – fase que foi iniciada no ano de 2006 e que irá ter continuidade neste ano, com acções de formação para as chefias e elementos da Equipa da Qualidade (POCs), bem como acções de divulgação e sensibilização para todos os funcionários do IH.

Definição de processos e suporte documental – esta é a fase mais longa e que na realidade nunca deve estar terminada, pois o entendimento dos processos e a elaboração dos seus elementos de suporte documental devem fazer parte de um ciclo permanente que deverá conduzir o Instituto à melhoria contínua da sua performance. Esta fase está a decorrer desde o início do mês de Fevereiro, estando o término desta etapa previsto para Outubro de 2007.



Conscientes de que esta tarefa de elaboração dos elementos de suporte documental deve ser vista como uma oportunidade de melhoria a não desperdiçar, será adoptada uma lógica de integração da documentação já existente, que leva à revisão das normas para elaboração e controlo de todos os documentos, numa perspectiva de integração, criando-se uma estrutura hierárquica para a documentação do Sistema de Gestão da Qualidade (ver caixa – A DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA) que irá abranger os documentos de orientação e normativos de todo o Instituto.

Os processos são a base de todo o sistema (ver caixa – O QUE É UM PRO-

CESSO), a sua rede, com as respectivas interacções e transversalidade à estrutura da organização que vai da sua relação com os fornecedores até à relação com os clientes, e constituem-se como as fundações que asseguram que uma organização como o IH ofereça os seus produtos e serviços aos clientes, através da melhor utilização dos recursos, dados e informações ao seu dispor.

Auditorias Internas e Revisão do Sistema – Esta fase integra duas acções diferentes, mas com o objectivo comum de assegurar a correcta e eficiente implementação do Sistema, de modo a apontar oportunidades para a sua melhoria. O início desta

A DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA

Os Sistema de Gestão têm por base elementos escritos que materializam as orientações, instruções e normas emanadas pelas chefias de modo a cumprir a missão e objectivos. Um Sistema de Gestão da Qualidade requer que sejam definidos em particular alguns documentos como a Política da Qualidade ou o Manual da Qualidade.

No IH, e numa lógica de integração da documentação já existente, foram revistas as normas para elaboração e controlo da documentação e registos, podendo-se estruturar a documentação com a seguinte hierarquia:

Política da Qualidade: estabelece o propósito e o compromisso da organização e sua Direcção com o Sistema de Gestão da Qualidade e a sua melhoria contínua.

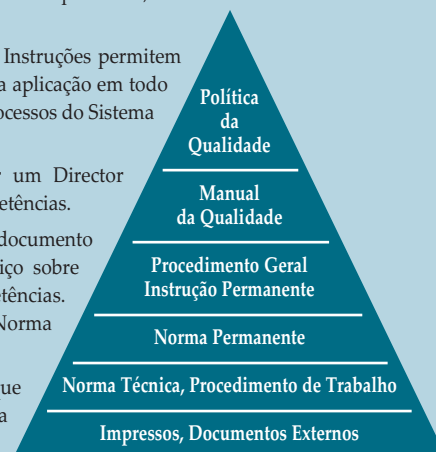
Manual da Qualidade: documento orientador para o Sistema de Gestão da Qualidade onde se mencionam nomeadamente os seus processos, âmbito de aplicação e Política da Qualidade.

Procedimento Geral e Instrução Permanente: as Instruções permitem estabelecer as orientações do Director-Geral para aplicação em todo o Instituto e os Procedimentos descrevem os processos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Norma Permanente: documento elaborado por um Director sobre assuntos específicos da sua área de competências.

Norma Técnica e Procedimento de Trabalho: documento aprovado por um Chefe de Divisão ou Serviço sobre assuntos específicos da sua área de competências. O procedimento detalha actividades de uma Norma Técnica.

Impressos e Documentos Externos: documentos que após preenchidos ou recebidos são evidências da realização de uma determinada actividade ou de um pedido.

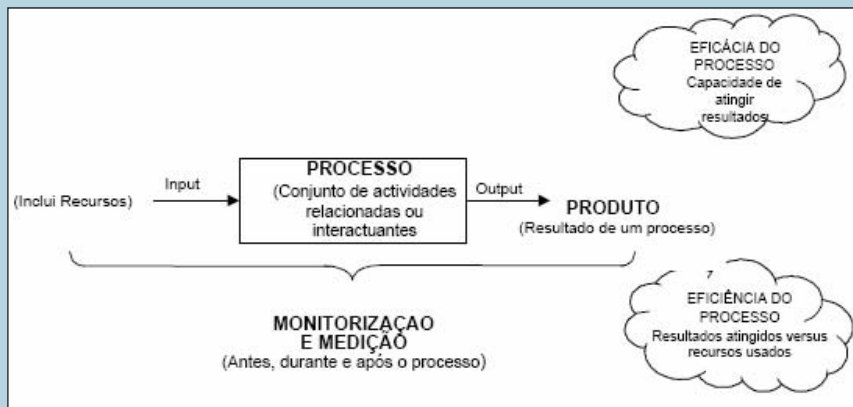


Fonte – Newsletter do DQ n.º 3 de Março de 2007

O QUE É UM PROCESSO?

Um processo pode ser definido como um conjunto interrelacionado e interactuante de actividades que transformam entradas em saídas.

Estas actividades requerem afectação de recursos como pessoal e materiais. Quando comparada com outras abordagens, a maior vantagem da abordagem por processos reside na gestão e controlo das interacções entre os processos e dos interfaces com a hierarquia funcional da organização.



As entradas e as saídas esperadas podem ser tangíveis (ex. equipamento, materiais ou componentes) ou intangíveis (ex. energia ou informação). As saídas podem não ser necessariamente esperadas, como os resíduos ou poluição.

Cada processo tem Clientes e outras partes interessadas (internas ou externas à organização) que são afectados pelos processos, são eles quem define as saídas dos processos em virtude das suas necessidades e expectativas.

Estes processos deverão ser capazes de fornecer um conjunto de dados que ao serem analisados fornecem informações acerca do seu desempenho ou apontam para a necessidade de estabelecer acções correctivas e de melhoria do Sistema.

Todos os processos devem ser alinhados com os objectivos da organização e devem ser definidos para acrescentar valor, relativamente ao objecto e complexidade da organização.

A eficiência e a eficácia dos processos deve ser monitorizada através de processos de revisão internos ou externos.

Fonte – Tradução do Guia para abordagem por processos dos SGQ, do comité ISO/TC176

fase só deverá ocorrer depois da aprovação dos processos e da respectiva documentação de suporte, de forma a detectar não conformidades e oportunidades de melhoria que poderão ser implementadas.

Certificação do Sistema – Nesta fase o Instituto irá iniciar de forma voluntária o processo de Certificação do seu sistema, junto de uma entidade externa, acreditada para esta tarefa. Esta etapa deverá ocorrer no final de Novembro de 2007.

O nosso presente e o nosso futuro

A implementação do Sistema de Gestão da Qualidade no IH é um dos objectivos prioritários da Direcção, a sua integração e interligação com os procedimentos de gestão existentes e aos novos que se pretendem implementar, é um dos factores críticos do sucesso deste projecto.

Na gestão pública, «dita de vanguarda», a interiorização de novos procedimentos, tendo em vista a optimização dos recursos humanos e financeiros, cada vez mais limitados, tem vindo a passar pela adopção de procedimentos e ferramentas de gestão que fazem parte das novas lógicas de *corporate governance* e que são vistas hoje como boas práticas de governação, recentemente fomenta-

das pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, orientada para o sector empresarial do Estado.

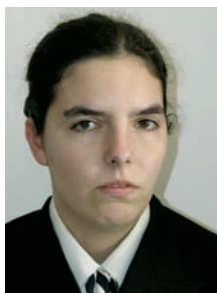
O IH, que sempre procurou acompanhar e antecipar a introdução de novas metodologias de gestão, não está alheio a esta nova realidade. A metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), é uma das ferramentas a implementar no Planeamento Estratégico para o próximo triénio (2008 a 2010). Esta ferramenta orienta as organizações para uma abordagem segundo a perspectiva financeira, clientes, processos internos, aprendizagem e crescimento, constituindo-se como um importante meio para dar continuidade à busca permanente pela satisfação dos nossos clientes (partes interessadas e cidadãos) e redução de custos.

Esta ferramenta, o BSC, que o IH pretende implementar e que a própria Marinha, também está a analisar para futura implementação, a par com o Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) que o IH tem vindo a desenvolver, são ferramentas cuja integração será fundamental, por forma a serem criados mecanismos de monitorização, medição, análise e melhoria. Estas têm por base indicadores com métricas conhecidas e perenes que procuram simplificar e reduzir os mecanismos de controle, que integradas com o Sistema de Gestão da Qualidade irão garantir que o nosso Instituto se centre naquilo que é realmente importante: a satisfação das nossas partes interessadas, que estão cada vez mais informadas acerca do significado dos conceitos de Qualidade, Desempenho, Avaliação, Eficácia e Reorganização, e por isso mais exigentes.

No final mês de Março aprovámos os processos de realização, essenciais para assegurar os produtos e serviços, que são a razão de ser do nosso Instituto, e trabalhámos na descrição e identificação dos documentos e processos de suporte fundamentais ao funcionamento do sistema e do IH.

Tudo isto, no entanto, não se faz sem um factor absolutamente fundamental que é a participação activa de cada um dos nossos funcionários do Instituto, por isso... contamos consigo!

CTEN MOREIRA PINTO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DA QUALIDADE



O Gabinete Jurídico (GJ) foi criado por despacho do Vice-almirante Director-geral do Instituto Hidrográfico n.º 10/2006, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Junho de 2006.

É constituído por 2 juristas, a TSI Raquel Reis Poucochinho e a TSN Aspirante Marta Santos.

Este gabinete funciona na dependência directa do Director-geral cooperando com todos os sectores do Instituto em matérias do foro jurídico-legal.

Deste modo, o Gabinete Jurídico encontra-se envolvido em vários processos abrangendo a área de apoio à decisão, a área técnica, a área financeira e a área de pessoal, dando apoio através da elaboração de esclarecimentos, apontamentos, informações e pareceres.

Como resulta das suas atribuições, o GJ participa activamente em todos os processos de concursos públicos limitados e consultas prévia de aquisição de bens e serviços ou empreitadas, e presta apoio na elaboração e revisão desses contratos.

Outra área de relevo é a instrução da maior parte dos processos de acidente em serviço.

Cabe ao Gabinete, no âmbito da Escola de Hidrografia e Oceanografia, o planeamento e preparação de aulas de Direito do Mar para os cursos de especialização em Oceanografia e Hidrografia, a iniciar este ano.

Com o intuito de facilitar o acesso à legislação de interesse genérico a todos os funcionários do Instituto, foi criado

em Fevereiro de 2007, na *Intranet*, um *link* de espaço partilhado de informação jurídica.

A elaboração de uma pasta de carácter jurídico teve como objectivo facilitar a pesquisa dos funcionários do Instituto sobre os mais variados assuntos de interesse profissional e pessoal, permitindo que a legislação fique assim ao alcance de todos os interessados.

O *link* do Gabinete Jurídico está dividido em cinco pastas: Legisdrográfico, Legisдания, Legismar, Legislaboral e Legiscompras.

A pasta Legisdrográfico contém uma compilação de legislação técnica referente ao Instituto Hidrográfico, de protocolos dos quais o IH é parte e das organizações internacionais em que este se encontra envolvido, tais como a Organização Hidrográfica Internacional.

Na pasta da Legisдания poderá encontrar-se um conjunto variado de informa-

ções e guias práticos de interesse para todos os cidadãos, como por exemplo o guia da compra de casa ou da alteração de morada.

Já na pasta do Legismar poderá encontrar-se uma compilação de legislação institucional e técnica de interesse para o Instituto Hidrográfico.

De interesse geral para todos os trabalhadores do instituto será a pasta Legislaboral que compila grande parte da legislação laboral existente, relativa aos mais diversos temas, tais como a aposentação, as férias ou a maternidade, etc.

Será ainda possível consultar legislação referente à contratação pública, na pasta Legiscompras.

O *link* da Direcção-Geral/Gabinete Jurídico encontra-se na página da *Intranet* do Instituto Hidrográfico.

ASP MARTA SANTOS
GABINETE JURÍDICO



Aos leitores do *Hidromar*

O *Hidromar* em formato papel é distribuído a quem expressamente o desejar. No cumprimento de um esforço de contenção de custos e de recursos, solicita-se aos leitores do IH que comuniquem, por escrito, a sua intenção de receber a publicação em suporte papel, fazendo referência à sua identificação (nome, posto, serviço, funções e morada do local de recepção). Esta informação deverá ser remetida a paula.mourato@hidrografico.pt
A versão digital em formato PDF está acessível em www.hidrografico.pt

Escola de Hidrografia e Oceanografia

A Escola de Hidrografia e Oceanografia (EHO) tem por missão promover a realização dos cursos de formação especializada dos militares da Marinha e dos técnicos necessários às actividades hidrográficas e oceanográficas do Instituto Hidrográfico (IH), ou que, relacionadas com estas, interessam à Marinha ou ao País.

Ao longo do tempo, vários têm sido os cursos ministrados na EHO. O primeiro curso remonta ao ano de 1978, altura em que a actual EHO era ainda designada por «Centro de Instrução», dirigido pelo então Capitão-de-mar-e-guerra Engenheiro Hidrográfo José Alberto de Almeida Costa. Nesse já longínquo ano, foi ministrado o primeiro Curso Médio de Hidrografia e Navegação (CMHN), aprovado por despacho de 15 de Maio de 1978 do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e destinado à formação de oficiais do Serviço Especial do ramo de Hidrografia e Navegação. Em 1979 o «Centro de Instrução» passou a designar-se Escola de Hidrografia e Navegação, datando de 1981 a adopção do nome actual. Em 1982 tem início o primeiro Curso de Especialização de Oficiais em Hidrografia (CEOH), destinado a oficiais oriundos da Escola Naval. Este curso é, em 17 de Junho de 1983, acreditado com a categoria A pela Organização Hidrográfica Internacional (OHI). No ano lectivo de 1983-1984 o CMHN é substituído pelo Curso Médio de Hidrografia e Oceanografia (CMHO), acreditado com a categoria B pela OHI, em 30 de Agosto de 1984. A última edição do CMHO tem lugar no ano lectivo de 1990-1991, tendo este curso sido substituído, em 2005, pelo Curso de Especialização em Hidrografia para Sargentos (CEHS), igualmente acreditado com a categoria B pela OHI. O CEOH funcionou ininterruptamente desde a sua activação, tendo, desde o ano lectivo de 2001-2002, passado a incluir militares destinados ao ingresso na classe de oficiais do Serviço Técnico, ramo de Hidrografia.

Outros cursos têm ao longo do tempo sido ministrados na EHO. É o caso do Curso de Técnicos Auxiliares de Oceanografia, com duas edições, em 1986 e 1987, e do Curso de Técnicos Auxiliares de Hidrografia, que registou uma única edição, em 1987. Funcionou igualmente durante algum tempo o Curso Prático de

Hidrografia, destinado às praças que prestam serviço nas Brigadas Hidrográficas (BH), actualmente extinto e substituído por acções de aperfeiçoamento de curta duração e mais especializadas, ministradas nas BH pelos oficiais que nelas prestam serviço.

Funcionando inicialmente como centro de formação autónomo, no âmbito do IH, a EHO foi integrada no Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM) na altura da implementação deste. O SFPM é o conjunto articulado dos meios organizacionais, mate-

Actualmente, os cursos ministrados na EHO resumem-se ao CEOH e CEHS, ambos com a duração de 44 semanas. Estes cursos foram recentemente, em 1 de Setembro de 2003 e 1 de Julho de 2004, respectivamente, reacreditados pela FIG-OHI-ICA. São aliás os únicos cursos leccionados em Portugal detentores desta prestigiosa acreditação.

A EHO colabora com outras Escolas do SFPM, nomeadamente a Escola de Tecnologias Navais e a Escola de Submarinos, organizando estágios em áreas da actividade do IH. Merece também realce a colaboração com a Escola Naval, nas áreas da docência e da especialização de oficiais em Navegação.

Não possuindo um corpo docente próprio, a EHO recorre aos oficiais e técnicos do IH para assegurar a docência das matérias integrantes do conteúdo programático dos cursos. No caso de áreas do conhecimento altamente especializadas, a EHO convida professores universitários ou cientistas de renome, oriundos de entidades tais como o Instituto Superior Técnico, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Universidade Lusófona ou a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Desde a génese da EHO, tem sido constante a presença de alunos estrangeiros, civis e militares, entre os formandos dos cursos ministrados. Entre 1978 e 2007, passaram pelas salas de aula desta Escola alunos dos seguintes países: Cabo Verde (3); Macau (2); Moçambique (22); Guiné (4); Angola (17); S. Tomé e Príncipe (3); Tunísia (3) e Marrocos (2).

A principal área de esforço actual da EHO incide na adaptação do seu funcionamento aos procedimentos e instruções vertidas no Manual de Qualidade da Formação, promulgado pela Superintendência dos Serviços do Pessoal, visando a melhoria contínua da actividade formativa e o integral cumprimento do referencial de acreditação do MDN até 2008/2009.



Director de Instrução e alunos do CEOH/2006-2007



Instrutores

riais e humanos, destinados a assegurar a formação profissional do pessoal da Marinha. É administrado pela Direcção do Serviço de Formação (DSF), a quem compete propor os princípios orientadores no domínio das acções de formação do pessoal e assegurar a gestão da qualidade do SFPM.

A DSF e as entidades formadoras do SFPM foram acreditadas por despacho de 1 de Agosto de 2006 de S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, com base em parecer técnico do Instituto para a Qualidade da Formação (IQF).

Poluição por derrames

Portugal é um dos países Europeus com maior costa marítima. O Estado Português tem direitos e deveres sobre a sua Zona Económica Exclusiva, que foi determinada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Os direitos são essencialmente explorar, aproveitar, gerir e conservar os recursos naturais vivos e não vivos das águas, do leito do mar e do seu subsolo. A estes direitos estão associados os deveres de protecção e preservação do meio marinho e de combate à poluição marítima da ZEE.

Por outro lado a ZEE é uma área de importantes corredores marítimos particularmente atravessada por navios petrolíferos e outros, sendo que a gestão e protecção desta área é fundamental e passa obrigatoriamente pela vigilância marítima.

A importância do transporte de produtos petrolíferos por via marítima, leva a que seja frequente o lançamento de produtos poluentes no meio marinho.

Cabe à Autoridade Marítima aplicar a legislação com vista a detectar, controlar e autuar procedimentos ilícitos de poluição marítima.

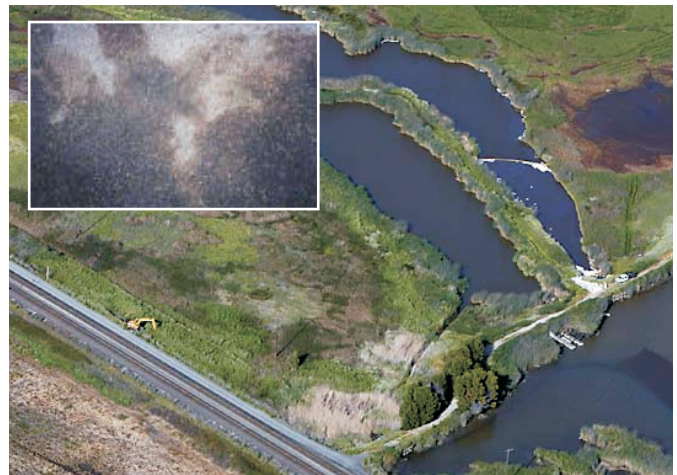
Os derrames de produtos petrolíferos são, infelizmente, bastante frequentes, quer por se tratar de acidentes, quer por incúria ou derrame voluntário e nem sempre é fácil demonstrar a responsabilidade da ocorrência.

Assim, quando não é possível comprovar a responsabilidade do arguido por outros meios, poderão ser feitas análises do produto poluente.

A entidade competente para efectuar análises destes produtos é o INSTITUTO HIDROGRÁFICO, cujo Laboratório de Hidrocarbonetos da Divisão de Química e Poluição do Meio Marinho está razoavelmente equipado e assim capacitado a comprovar a responsabilidade dos possíveis infractores, possibilitando os meios de prova necessários ao correcto apuramento das responsabilidades.

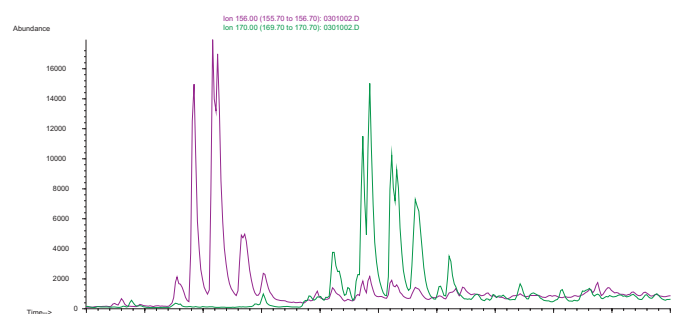
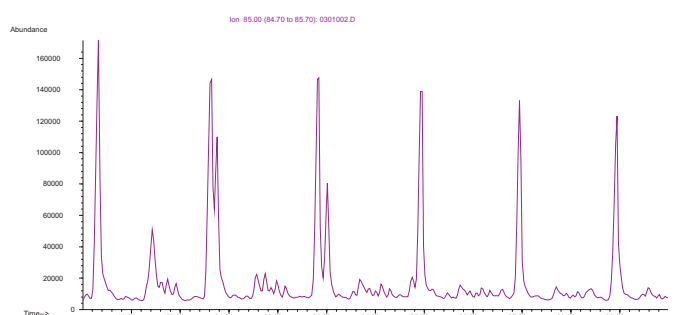
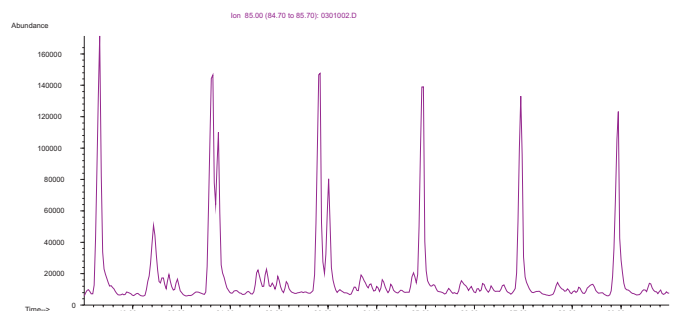
O Equipamento mais eficaz que permite fazer este tipo de análises é o chamado GC/MS, composto por um Cromatógrafo em fase gasosa (GC) que separa os vários componentes das amostras a que se segue um Espectrómetro de massa (MS) que permite não só identificar e quantificar os compostos como também melhorar a separação. Os dados são registados e trabalhados em computador com recurso a *software* específico.

Os resíduos petrolíferos derramados, compreendem centenas de compostos mas a Cromatografia de gás/Espectrometria de massa é uma poderosa técnica analítica que permite a obtenção de um conjunto de «impressões» do mesmo produto poluente. Isto leva a que ao compararmos as amostras recolhidas na água e as amostras recolhidas dos possíveis infractores, ou seja os suspeitos, possamos dizer com fiabilidade que esses mesmos poluentes são semelhantes.



Mancha de derrame

Com a implementação e desenvolvimento do estudo desta matéria pelo Laboratório de Hidrocarbonetos do INSTITUTO HIDROGRÁFICO, o país têm ao dispor um instrumento de apoio na luta contra a poluição marítima por hidrocarbonetos.



Traçado de uma amostra por GC/MS



Petroleiro acidentado

Culturas Marinhas no mar e Segurança para a Navegação

Introdução

As culturas marinhas¹, face aos crescentes condicionalismos de ordem ecológica e económica, apresentam-se frequentemente como alternativa natural às formas tradicionais de abastecimento de pescado ao mercado. Em Portugal, entre 1994 e 2004, o produto da aquicultura tem-se mantido de forma geral estável², ainda que se tenha assistido a uma evolução nas formas de exploração. Actualmente, assistimos a um novo impulso desta actividade. De entre outras razões, salienta-se a Estratégia para o desenvolvimento sustentável da aquicultura europeia e o subsequente reforço nos incentivos e apoios dos Estados e da EU. Consequentemente em Portugal, nos últimos 2 anos, assistiu-se a aumento significativo de apresentação de novos projectos de Estabelecimentos de Culturas Marinhas³.

Esta evolução do sector pesqueiro vem no entanto criar novas preocupações na área da Segurança Marítima, nomeadamente pela necessidade de ocupação de zonas navegáveis, tanto em águas restritas como em mar aberto.

Assim, é imperioso estabelecer uma abordagem integrada e multidisciplinar de todos os projectos de culturas mari-

nhas, à semelhança do que já vem ocorrendo nos países onde esta actividade é já bastante evoluída. Perceptivelmente, é fundamental estabelecer os requisitos mínimos para salvaguarda das condições de Segurança para a Navegação.

A AISM/IALA⁴

A IALA, reconhecendo o incremento, a nível global, de estabelecimentos de Culturas Marítimas, e o potencial perigo que representam para a navegação, promulgou uma recomendação em 1999 com indicações para a sua sinalização. O objectivo desta, além de reforçar a segurança da navegação, serve também para proteger os estabelecimentos de danos resultantes de acidentes com a navegação.

Resumidamente, a recomendação não prevê a necessidade de novas marcas para este fim no Regulamento de Balizagem Marítima e refere que se o estabelecimento constitui um perigo para a navegação, este deverá ser sinalizado com marcas especiais, laterais ou cardeais ou uma combinação destes. A sinalização deverá atender ao perímetro, dimensão, posição, existência de corre-

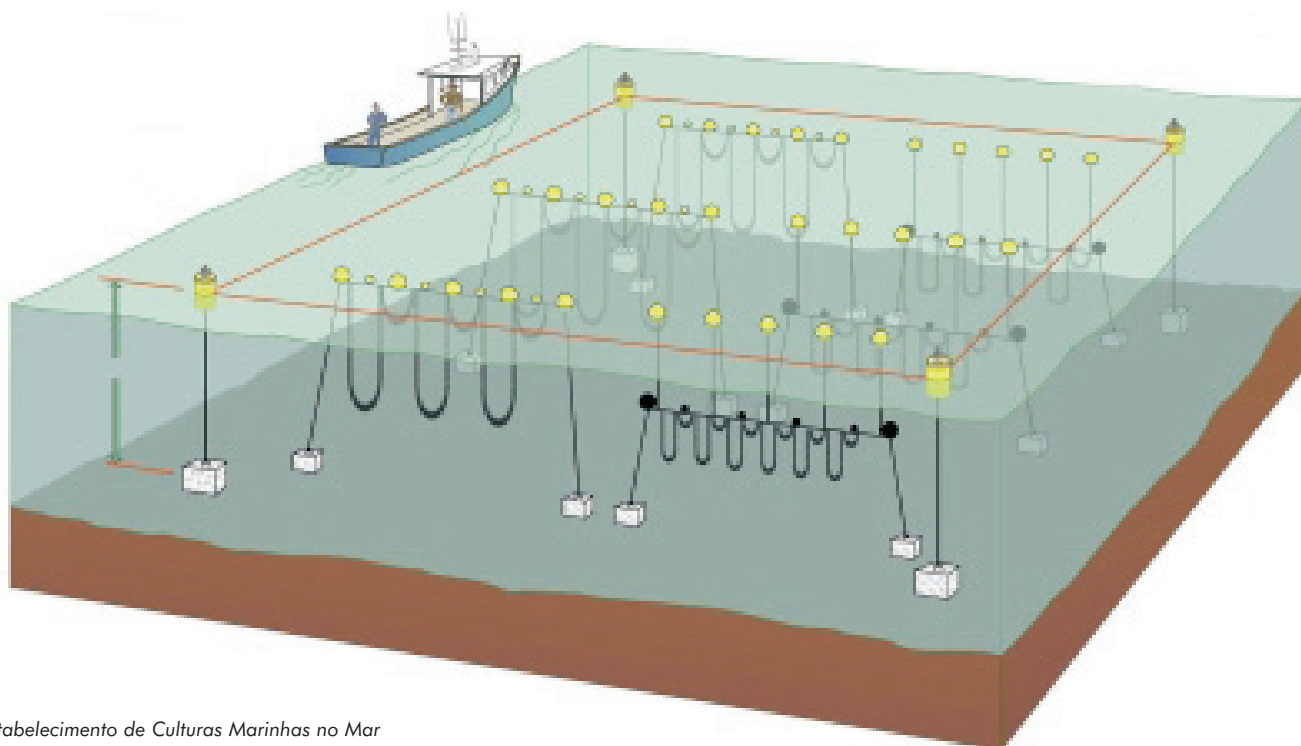
dores de navegação e visibilidade das luzes das bóias.

Assiste-se, no entanto, a uma grande diversidade de critérios na aplicação desta recomendação. A título de exemplo podemos observar a utilização de uma única marca especial no centro do estabelecimento, a sinalização de todo o perímetro somente com marcas especiais, a combinação de marcas especiais e cardeais (nos cantos do estabelecimento), ou marcas laterais para identificar os corredores de navegação.

Salvaguardar a Segurança da Navegação

No processo de aprovação de uma Cultura Marinha a entidade responsável pela Segurança da Navegação deverá analisar os seguintes factores:

- determinar se o projecto se localiza numa área navegável e se constitui uma Cultura Marinha;
- de que modo a Cultura Marinha e os trabalhos associados à sua exploração podem afectar a Navegação;
- qual a sinalização marítima que melhor se adequa à Cultura;
- responsabilidade pela manutenção da sinalização aprovada.



Estabelecimento de Culturas Marinhas no Mar

De uma forma simples, considera-se água navegável toda a coluna de água por onde qualquer tipo de embarcação pode passar, desde a pequena canoa aos navios de grande porte.

Caracterização da informação

Saber qual o impacto na navegação é determinante para o processo de localização da Cultura e escolha da sinalização mais adequada. Assim, devem fazer parte do projecto os seguintes dados:

- tipo de cultura (espécies) e duração do projecto (construção e exploração);
- identificação das estruturas de apoio em terra e previsão das actividades (diária ou sazonal);
- local de implantação pretendido (superfície de concessão, rotas de navegação previstas);
- plantas com os esquemas das estruturas (representações horizontais e de perfil), com as dimensões detalhadas, forma e disposição;
- métodos para amarrar / fixar a estrutura;
- perímetro de protecção da navegação (devido ao ruído, esteira dos navios, etc.).

Estes dados deverão ser correlacionados com:

- as distâncias: à margem, pontões, cais, extremidades da costa, canais de acesso ou linhas de navegação, entradas de portos, fundeadouros, baías;
- as condições oceanográficas e meteorológicas locais (correntes, ondulação, maré, ventos, profundidades, condições de visibilidade);
- os outros perigos para a navegação existentes na zona;
- as actividades na área (pesca, turística, outros tipos de explorações marítimas);
- os tipos de navios e embarcações que navegam na área, e as características da sua actividade;
- as áreas protegidas existentes (ecológicas, arqueológicas, etc.);
- a necessidade de estabelecer canais de navegação no interior da área de concessão da cultura;
- as características e complexidade da sinalização marítima nas proximidades.

Definição da Sinalização Marítima

Sendo o principal propósito da sinalização alertar o navegante para existência de um perigo, faz todo o sentido utilizar uma metodologia/simbologia facilmente perceptível por aquele. É neste contexto que faz todo o sentido aplicar o Sistema

de Balizagem Marítima da AISM/IALA, adoptado em Portugal através da Portaria 450/93 de 29 de Abril.

Genericamente, o perímetro da Cultura Marinha deve ser identificado com Marcas Especiais (amarelas), nomeadamente cada canto da área. O número e a distância entre as bóias dependerão dos factores acima identificados. Dependendo também daqueles factores poderá determinar-se a necessidade de colocação de luzes e reflectores radar.

Para indicar ao navegante a direcção das águas safas, a melhor opção é colocar marcas cardeais, ou marcas laterais se for para identificar um canal que atravessa a Cultura Marinha.

Além da sinalização definitiva das Culturas, o projecto deverá prever uma sinalização provisória para ser estabelecida durante a sua construção.

Monitorização e controlo

Aquando da aprovação do projecto, deverá ser apresentado pelo responsável da concessão um plano de controlo e manutenção da Sinalização Marítima; o objectivo é assegurar que a sinalização se encontra na posição correcta e em boas condições de funcionamento.

Em Portugal

Em Portugal, pelas razões acima expostas, assiste-se a um rápido aumento de implementação de Culturas Marinhas. Recentemente, na sequência da definição da localização e dimensão de um conjunto de Culturas Marinhas a estabelecer na costa algarvia, identificou-se a necessidade da Criação de Zonas de Estabelecimentos de Culturas Marinhas.

Nesta costa, são inúmeros os relatos de acidentes entre a navegação de recreio e as culturas aí implementadas, e algumas ocorrências com navios de grande porte. Os prejuízos são sempre elevados tanto para o proprietário dos estabelecimentos, como para o navegante, não esquecendo as situações de risco para a vida humana.

As várias entidades (Estado e partilhadas) envolvidas no processo decidiram enquadrar em zonas integradas de Culturas Marinhas todos os projectos em curso, bem como os estabelecimentos já em actividade. O processo consiste em definir-se duas ou três zonas na costa algarvia, que serão loteadas e concessionadas às entidades que concorrerem com projectos de Culturas Marinhas.

A vantagem para o navegante é clara,

em vez de se confrontar com um conjunto disperso de culturas, cada uma com a sua sinalização, encontrará um número reduzido de zonas dedicadas às culturas marinhas, com uma sinalização marítima concebida de forma integrada e que lhe indica de um modo explícito por onde navegar em segurança.

O Instituto Hidrográfico, através da Divisão de Navegação, tem prestado apoio às entidades competentes na definição destas zonas para culturas marinhas, tendo apresentado uma proposta de três zonas, em Sagres, Portimão e Olhão, que prevêem já um número razoável de estabelecimentos que se prevê virem a ser instalados.

Referências

- (A) Decreto-Lei 261/89 de 17 de Agosto de 1989 (instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas);
- (B) Portaria 450/93 de 29 de Abril, Ministérios da Defesa Nacional e do Mar (Regulamento de Balizagem Marítima);
- (C) Department of Fisheries and Department of Transport, «Standardised lease marking – incorporating prescriptive requirements for different leases», 1998, Australia;
- (D) IALA Recommendation O-116, Recommendation for the Marking of Fish Farms, December 1999;
- (E) Navigable Waters Protection Act, «Interim guide to application and site marking requirements for aquaculture projects in Canada», 15th February 2002, Canada;
- (F) Maritime New Zealand, «Guidelines for Aquaculture Management Areas and Marine Farms», December 2005, New Zealand.

¹ Culturas marinhas – todas as actividades que tenham como fim ou fins a reprodução, o crescimento, a engorda, a manutenção ou o melhoramento de espécies marinhas (Dec.-Lei 261/89 de 17 de Agosto de 1989);

² Direcção-Geral das Pescas – Indicadores Sócio Económicos, www.dg-pescas.pt (consulta em 28/3/2007);

³ Estabelecimentos de culturas marinhas – áreas de água salgada ou salobra e seus fundos, devidamente demarcadas, e ainda quaisquer artefactos flutuantes ou submersos e instalações em terra firme que tenham por fim a cultura de espécies marinhas (Dec.-Lei 261/89 de 17 de Agosto de 1989);

⁴ IALA – Association International de Signalisation Maritime / International Association of Aids to Navigation and Lighthouse Authorities.

NA PREPARAÇÃO DA NAUTICAMPO...

Serviço de Artes Gráficas trabalha a todo o vapor

A participação do Instituto Hidrográfico na *Nauticampo* constituiu, uma vez mais, um desafio à capacidade de trabalho do Serviço de Artes Gráficas (AG), exigindo dos seus funcionários um esforço acrescido que souberam vencer, correspondendo a constantes solicitações, sempre com vontade de ultrapassar todos os obstáculos. Na realidade, a execução de uma elevada quantidade de obras num tão curto espaço de tempo, procurando cumprir os melhores padrões de qualidade, atendendo às suas actuais limitações humanas e condições de trabalho, constitui uma missão particularmente difícil que, não obstante, é assumida com determinação de vencer.

Com efeito, o Serviço de Artes Gráficas assegurou, durante o período que antecedeu àquele certame organizado pela FIL, a fotocomposição, a impressão e os acabamentos de diversos trabalhos que lhe foram solicitados, incluindo algumas obras de assinalável apresentação gráfica. Por motivos de ordem técnica, a impressão de algumas publicações teve de ser efectuada no exterior, embora sob a orientação de AG e após a execução de todo o trabalho de pré-impressão com os meios disponíveis no Instituto Hidrográfico.

Entre os trabalhos executados pelo Serviço de Artes Gráficas durante esta campanha, integralmente ou em colabo-

ração com outras empresas gráficas, salientam-se duas edições do *Hidromar*, o *Diário de Navegação*, o *Catálogo de Produtos e Serviços*, o *Catálogo de Cartas e Produtos Náuticos*, o *Índice de Cartas Náuticas* e *Cartas Electrónicas de Navegação de*



Impressão tipográfica

Portugal, o Roteiro da Costa de Portugal, dois volumes do *Manual para a Navegação de Recreio*, o *Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar* e o *Grupo Anual dos Avisos aos Navegantes*. Há ainda a salientar a execução, pelo sector de Acabamentos, de blocos de

apontamentos para o navegador e diverso material de divulgação destinado à promoção da imagem do Instituto Hidrográfico junto dos visitantes da *Nauticampo*. Apesar do término da referida exposição, o Serviço de Artes Gráficas mantém o ritmo de produção com vista a concluir as encomendas feitas com destino à Loja do Navegante que os colocará à disposição do público.

Entretanto, as condições de trabalho no Serviço de Artes Gráficas vão ficar temporariamente ainda mais limitadas com a realização de obras de melhoria e transformação do espaço do sector de Acabamentos. Trata-se de uma intervenção que vai, seguramente, promover

melhores condições de trabalho e de conforto, dotando o local nomeadamente de novas instalações sanitárias, de iluminação e de funcionalidade. Por seu turno, a área de Fotocomposição beneficiou de arranjos e pintura das paredes e melhoria da ventilação, após o que se procedeu à instalação no local de um traçador proveniente da Hidrografia, com vista à produção das cartas náuticas.

Também do ponto de vista estético e decorativo, a área do Serviço de Artes Gráficas tem vindo a ser beneficiada com a realização de arranjos nos exteriores e ainda a instalação do pólo museológico nos corredores de acesso, passando a exhibir peças de interesse histórico e documental relacionadas com a actividade passada deste sector de actividade do Instituto Hidrográfico.



Secção de Acabamento

Nauticampo 2007

IH presente na maior feira náutica nacional

O Instituto Hidrográfico (IH) esteve presente na 40.^a edição da *Nauticampo*, que decorreu de 10 a 18 de Fevereiro de 2007, na Feira Internacional de Lisboa no Parque das Nações.

A participação do IH neste salão náutico enquadrou-se na estratégia de implementação do conceito «Loja do Navegante», delineada para a náutica de recreio – um espaço de aconselhamento técnico que promove a navegação em segurança.

Constituiu uma oportunidade para contactar aqueles que são os actuais e potenciais clientes da Loja do Navegante (LN), bem como para iniciar e estabelecer parcerias no desenvolvimento de novas formas de aproximação ao nosso público.

O espaço IH/LN teve uma aceitação muito positiva, com elogios ao *design* e sua aplicação. O *stand* comportou três dimensões: a área de multimédia, a área interactiva e área de aconselhamento técnico.

Na área multimédia, através de dois plasmas estrategicamente colocados ao centro do *stand*, procurou-se envolver o visitante que passeava pela feira atraindo-o para o espaço IH/LN. Num dos plasmas, foi montada uma sequência entre modelos de previsão de agitação marítima alternados com sobrevoos do modelo digital do terreno do canhão submarino da Nazaré e costa portuguesa adjacente. Esta área funcionou como um grande atractivo, estimulando a curiosidade e o interesse pelo IH.

A área interactiva tinha como objectivo fixar por alguns minutos o visitante ao espaço IH/LN, permitindo ao *staff* ter tempo de interagir com o mesmo. Os meios foram colocados em dois pontos diferentes de modo a formarem uma

diagonal de circulação pelo espaço IH. De um dos lados foi colocado o Quiosque e no outro, junto ao balcão de atendimento, a simulação ECDIS.

A área de aconselhamento técnico, era onde o visitante esclarecia dúvidas e encomendava publicações náuticas oficiais.

É também de referir que o *stand* contou com a visita da grande parte dos colaboradores deste Instituto, dos 552 convites distribuídos internamente apenas 116 não deram entrada no espaço do certame.

Consideramos que o balanço foi positivo, atendendo ao *feedback* recolhido junto dos visitantes e *staff*, entendendo, no entanto, que haverá sempre lugar para introduzir melhorias em futuras participações.

Inauguração da feira

O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Dr. Laurentino José Monteiro de Castro Dias, inaugurou a feira, passando pelo *stand* do Instituto Hidrográfico, sendo recebido pelo CTEN Antunes de Almeida, que apresentou e explicou o conceito do mesmo.





Vista do Stand do IH na Nauticampo 2007



O jogo da Marinha trouxe outra dinâmica à Feira



Área de aconselhamento técnico

Oficiais presentes no stand: CTEN Pereira Manteigas, CTEN Moreira Pinto, CTEN Sousa Prellhaz, CTEN Rafael da Silva, CTEN Reis Arenga, CTEN Antunes de Almeida, CTEN Plácido da Conceição, CTEN Santos Arrabaça, CTEN Coelho Gomes, ITEN Martins Pinheiro, ITEN Mesquita Chim, ITEN Lavajo Brigas, ASPOF Xavier Guerreiro.

Apoio ao evento: Dr.ª Sandra Pinho, Dr.ª Teresa Sanches, SAR Monteiro, MAR Teles, CAB Vieira, GRT Ana Ramos.

Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar e o Chefe do Estado-Maior da Armada visitaram o stand do IH

No dia 13 de Fevereiro, o Director-Geral do Instituto Hidrográfico, Vice-almirante Augusto de Brito, recebeu o Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Dr. João Mira Gomes, acompanhado de S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Melo Gomes no evento. A exposição do stand do IH e as novas Publicações Náuticas foram apresentados pelo CTEN Moreira Pinto.



Processos de modernização administrativa – Sistema TEMPUS –

A actualização do Sistema de Controlo de Segurança e registo de entradas e saídas do Instituto Hidrográfico entrou em funcionamento no dia 7 de Fevereiro do presente ano.

Este processo consistiu na substituição do tradicional sistema de cartão de ponto por um regime de registo biométrico, através da impressão digital, permitindo efectuar um controlo digital das entradas e saídas do IH para efeitos de assiduidade e segurança das instalações (IH/IA).

Toda a implementação foi acompanhada e gerida pelo Serviço de Pessoal, tendo a actualização do sistema pertencido à empresa Datelka, cuja parceria advém do sistema anterior.

Na sequência desta operação, realizou-se no passado dia 26 de Janeiro, no auditório do IH, uma sessão de esclarecimento a todos os chefes de Divisão e Serviço, onde elementos do Serviço de Pessoal e um representante da Datelka prestaram informações consideradas pertinentes e clarificaram dúvidas apresentadas.

A modernização do sistema implica vantagens significativas para o IH, proporcionando uma melhor gestão em termos de eficácia, eficiência e qualidade, prestando a todos um melhor serviço. Actualmente, é possível disponibilizar às chefias e respectivos funcionários mais e melhor informação, atempadamente, assim como a racionalização de meios, como sejam a economia de grande quantidade de papel e de tempo. Os funcionários detêm agora uma maior autonomia na gestão do seu tempo, podendo consultá-lo de forma regular.

Foi disponibilizado na *Intranet* do IH um acesso (*Acesso Rápido – Tempus On-line*), onde cada funcionário, mediante *login*, pode consultar e propor justificações de ausência, gerindo, deste modo, o seu horário de trabalho. As propostas de justificação são sempre validadas pelas respectivas chefias.

A breve prazo, este novo sistema permitirá, em tempo real e em caso de emergência, aferir sobre o número de pessoas que se encontram no IH, zelando, assim, pela segurança das instalações.

A Direcção dos Serviços de Apoio, os Serviços de Pessoal e de Informática agradecem a todos os funcionários e colaboradores, a cooperação manifestada, permitindo, deste modo, agilizar processos, facilitar informação e economizar recursos.



SERVICO DE PESSOAL



Instituto Hidrográfico premiado pela ESRI Portugal



Decorreu nos dias 28 e 29 de Março em Lisboa, o 5.º Encontro de Utilizadores ESRI Portugal, onde foi abordado o tema Inteligência Geográfica como suporte ao conhecimento. Por mais um ano consecutivo, o IH esteve representado pelo CTEN Reino Baptista, Asp. Sónia Godinho, Eng.^a Inês Félix e Estag. Manuela Santos, frequentes utilizadores da plataforma ArcGIS.

O encontro proporcionou o contacto

com diferentes experiências na aplicação da Inteligência Geográfica, reforçando o conceito dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) como instrumento fundamental para o apoio à tomada de decisão, devido à sua capacidade de modelação e análise da informação geográfica. Permitiu, também, o conhecimento das novas funcionalidades na mais recente versão da plataforma ArcGIS, o ArcGIS 9.2.

Neste encontro, o IH foi premiado pela ESRI Portugal, com o Prémio Pro-

jecto de Excelência 2006, com o trabalho *Mission Impact Diagram*, realizado no Centro de Dados Técnico-Científicos no âmbito do exercício militar «Lusíada 2006». Este prémio foi recebido pelo CTEN Reino Baptista numa gala realizada durante o evento.

O Prémio Projecto de Excelência pretende distinguir entidades que desenvolvem projectos relevantes na área dos Sistemas de Informação Geográfica com utilização de tecnologia ESRI.

Habitantes do convento das Trinas...

Estas palavras são de uma crónica que fala dos primeiros habitantes deste convento, Cornelio Vandali e sua esposa Martha de Boz.

É este casal flamengo o primeiro habitante conhecido do *nosso* convento e que, no início do século XVII, construiu uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Soledade nas casas que tinham no Mocambo para se retirar do tráfego da cidade e da Corte, e que deu origem à frase do cronista,

O seu testamento deixa estas casas para a formação de um convento.

As casas e a ermida são deixadas à Comunidade da Trindade assim como os seus bens para o sustento e construção do convento.

Nasce assim o Convento das Trinas do Mocambo onde as irmãs das Trinas – freiras de reclusão – irão habitar até ao século XIX.

O convento é inaugurado em 1661 e as irmãs das Trinas irão ocupar este espaço, alimentando-se do que a cerca dá e dos foros de alguns edifícios nas redondezas.

O Convento não é quadrado mas em forma de L e pouco há a dizer porque *tem sido poucos os cabedades que o mosteyro teve pèra se poder ampliar*²

São as Irmãs das Trinas que ocupam o convento até ao século XIX e que asseguram a sua manutenção como edifício religioso pois é a sua sobrevivência que permite que ele ainda esteja disponível quando chegam os inquilinos seguintes: as Irmãs Hospitaleiras Portuguesas da Terceira Ordem Regular de São Francisco de Assis em Lisboa³.

Os conventos tinham sido mandados encerrar, pela lei de Mouzinho de Albuquerque, assim que falecesse a última ocupante o que só iria acontecer em 1878 quando faleceu a última Irmã das Trinas do Mocambo. O convento seria então encerrado se entretanto não tivesse sido o local de nascimento da nova ordem.

A nova ordem também não é uma ordem rica, pelo contrário, mas difere da sua antecessora num aspecto fundamental – é uma ordem de apoio ao exterior, aos que dela podem necessitar lá fora: são enfermeiras, missionárias e apoiantes dos pobres. A sala do Capítulo já não é a única sala grande:

*Logo que se principiaram a abrir os alicerces começaram os mininos inocentes a fazer festa applaudindo o principio da obra, dizendo que se fazia hum mosteirinho, ...*¹



também surge uma secretaria de apoio à congregação que se espalha pelo mundo inteiro. Suponho que é nesta fase que a forma que conhecemos dos edifícios se torna mais ou menos definitiva.

Depois da revolução de 1910 de novo os conventos são fechados mas as Irmãs só saem do edifício em 1911.

Inicia-se uma época em que o edifício não é ocupado por uma só entidade mas sim por várias: logo em 1911 o Tribunal das Trinas onde são julgados monárquicos e bombistas. O Arquivo de Identificação e a Federação das Associações de Socorros Mútuos estão em 1912 em pisos distintos, e depois o Grupo de Companhias de Saúde sendo, ainda, um hospital durante o combate à «pneumónica» em 1918.

Em 1927 estão cá instalados os Arquivos dos Feitos Findos o que dá origem ao início da instalação do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e a intervenção do Arquivista Manuel Stevens.

Foi este engenheiro que iniciou uma reconstrução profunda sendo o objetivo a instalação do Arquivo Histórico, ideia que depois caiu, sendo o convento ocupado pelo depósito do material das Finanças e uma certa desertificação que acelerou a degradação geral.

Entre 1952 e 1957 instalam-se alguns artistas plásticos que usam os espaços como atelier até que as finanças exigem a sua saída. Estão aqui também o Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos e a Mocidade Portuguesa Feminina. Esta sai em 1968 ficando somente alguns populares em ocupação *selvagem* dos quais não há testemunho escrito mas oral dos habitantes das redondezas.

É assim que, desocupado mas com bastantes restos das obras e projectos anteriores (arquivos e colecções de azulejos), que o convento estava à espera quando em 1969 o Instituto Hidrográfico procurava um local para recomeçar urgentemente a trabalhar após o incêndio na Sala do Risco.

O Instituto Hidrográfico é assim o habitante do Convento das Trinas desde Fevereiro de 1969.

¹ *História dos mosteiros e casas religiosas de Lisboa na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições, religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade.* Tomo II – Imprensa Nacional de Lisboa, 1972. (parece ter sido composto pelos anos de 1704-1708).

² *Idem.*

³ *Crónica da Congregação das Religiosas Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas,* 1933.

IH – nove anos na Rua do Arsenal

Instalado no velho Convento das Trinas há mais de três décadas, o Instituto Hidrográfico encontra-se de tal forma associado a este edifício histórico que, para muitas pessoas, incluindo para a esmagadora maioria dos seus funcionários, foi-se enraizando uma certa ideia de que sempre aqui permaneceu, desde que foi constituído em 22 de Setembro de 1960. No entanto, esta Instituição funcionou, durante quase nove anos, em condições bastante diferentes, nas instalações da rua do Arsenal onde, aliás, se mantém o Estado-Maior da Armada e a maior parte dos órgãos da Administração Central de Marinha. De resto, desde os começos do século XX que já ali funcionavam os serviços hidrográficos e cartográficos que mais tarde viriam a dar origem à criação do Instituto Hidrográfico.

Curiosamente, à semelhança do que presentemente se verifica em relação ao Convento das Trinas, o Instituto Hidrográfico também permaneceu ainda durante muito tempo associado às antigas instalações da rua do Arsenal a tal ponto que, o jornal *Diário Popular*, na sua edição de 26 de Abril de 1974, dava conta da detenção dos agentes da Direcção-Geral de Segurança, *sob prisão e guardados à vista, para as instalações do Instituto Hidrográfico, na rua do Arsenal*. E, no entanto, já haviam passado cinco



O incêndio devorou por completo as instalações do Instituto Hidrográfico, situadas junto ao Largo do Corpo Santo

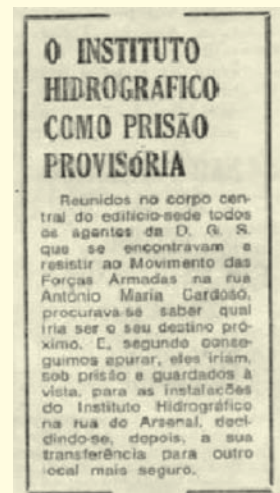
anos desde que o Instituto deixara aquele edifício!

Deveu-se a mudança de instalações do Instituto a um violento incêndio que se verificou no dia 18 de Fevereiro de 1969, o qual poderá ter sido originado por um curto-circuito na instalação eléctrica que, ao que tudo indica, se dis-

punha predominantemente junto à cobertura do edifício. Apesar dos esforços dos sapadores bombeiros no combate ao sinistro, o fogo devorou as instalações do Instituto Hidrográfico em menos de duas horas, de acordo com os relatos da época. De registar que, também em 18 de Abril de 1916, outro



A imagem regista o combate ao sinistro ocorrido em 1969



A título de curiosidade, o jornal *Diário Popular* de 26 de Abril de 1974, noticiava a detenção dos agentes da DGS, nas instalações do Instituto Hidrográfico

incêndio destruíra por completo a ala norte do edifício, precisamente onde à altura se encontrava o Depósito de Cartas e Instrumentos Náuticos.

Aquando do incêndio ocorrido em 1969, o Instituto Hidrográfico ocupava os segundo e terceiro pisos das alas norte e oeste do edifício, viradas portanto para a rua do Arsenal e o Largo do Corpo Santo, precisamente no mesmo edifício onde se encontrava a Sala do Risco. No segundo piso, com vista para a rua do Arsenal, encontrava-se então a Direcção dos Serviços de Hidrografia e Navegação. Por seu turno, a Brigada Hidrográfica n.º 1 estava instalada no mesmo piso, na ala oeste, com vista para o Largo do Corpo Santo. Os vestiários, camaratas das praças, refeitório e cozinha situavam-se no terceiro piso, portanto imediatamente abaixo da cobertura, o que poderá também ajudar a explicar a origem do sinistro.

Na ala norte do terceiro piso, funcionavam a Oceanografia e a Escola de Hidrografia e Oceanografia. Situavam-se aqui também os gabinetes das Missões Hidrográficas Angola e S. Tomé e Príncipe, de Moçambique e Missão Geo-Hidrográfica da Guiné. Outros serviços, como o Gabinete do Director-Geral, Biblioteca, Secretaria Central e Tesouraria, encontravam-se perto da área nobre do edifício, junto ao elevador ali existente. A existência, naquele local, de uma parede que acabaria por servir de corta-fogo, veio a possibilitar a recuperação de algum material exis-



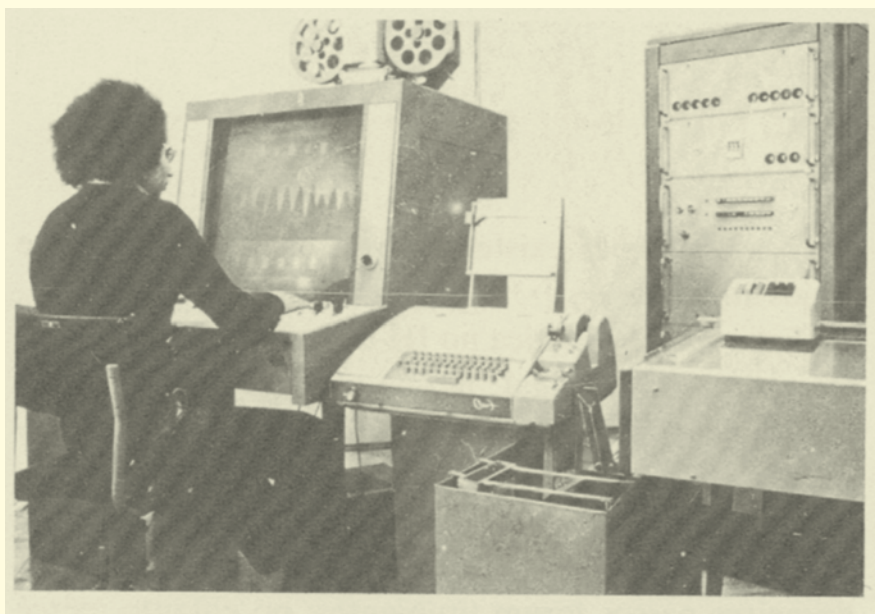
A gravura mostra o aspecto da ala oeste, em meados do século passado

tente na área da Oceanografia das Marés, incluindo o Preditor de Marés e o primeiro computador existente no Instituto Hidrográfico, um EMD-848 PL (*Marcel Dassault*) e um conjunto de digitalização *BENSON FRANCE*, composto por duas unidades – um digitalizador de filmes e um digitalizador de gráficos – onde eram lidos os gráficos de previsão de marés elaborados pelo preditor Lord Kelvin.

O Instituto Hidrográfico dispunha, na altura, de cerca de centena e meia de funcionários, bastante jovens na sua maioria, alguns dos quais ainda trabalhavam diariamente connosco, como sucede com o Dr. Manuel Rocha, a Dr.ª Maria Helena Roque, o TPE. Jorge Tavares, o ENCG. António Maria Luís, o OPP Victor Juvenal, a OPP Isabel Barros, a OPP Manuela Bonito e ainda o

Eng.º Mattos Caldas que ali frequentara o segundo Curso de Técnicos Auxiliares de Oceanografia. Entretanto, os serviços que então se encontravam nas instalações da rua do Arsenal foram transferidos para o edifício do Convento das Trinas, um dos imóveis que o Ministério das Finanças colocou então à disposição da Marinha até que fosse viável a construção de um edifício próprio. Apenas o Serviço de Oceanografia foi instalado em dois pavilhões que serviram de apoio à construção da Ponte sobre o rio Tejo, junto às antigas instalações da FIL, situação que se manteve durante todo esse ano enquanto decorreram as obras de adaptação do Convento das Trinas. O Contra-Almirante Ramalho Rosa cessara as funções de Director-Geral um mês antes do sinistro, tendo sido sucedido no cargo o Vice-Almirante Almeida Graça, quando já o Instituto Hidrográfico se encontrava instalado no edifício do Convento das Trinas.

Prestes a completar meio século de existência e, decorridos que são quase quatro décadas desde que as chamas desalojaram o Instituto Hidrográfico das instalações que lhe serviram de berço, no antigo Arsenal da Marinha, é tempo de assinalar esse período da vida desta Instituição e, porque não, revisitar o local onde começou a dar os primeiros passos em direcção daquilo que hoje representa para o país, este organismo da Marinha que é oficialmente reconhecido como Laboratório do Estado.



O Dr. Manuel Rocha procede a leitura de ondulação, na máquina Benson France, um dos equipamentos recuperados do incêndio ocorrido nas instalações do Arsenal

Novos chefes do Serviço de Aprovisionamento e Património, do Serviço de Controlo e Gestão e do Serviço Comercial

No passado dia 16 de Março, tomou posse o novo Chefe do Serviço de Aprovisionamento e Património, o 2TEN AN Sara Canastra, sucedendo ao 2TEN AN Soares Mercier.

Simultaneamente, a Dr.ª Leonor Machado assumiu a Chefia do Serviço de Controlo e Gestão, sucedendo à Dr.ª Teresa Correia que assumiu as funções de Chefia do Serviço Comercial.

A cerimónia teve lugar na Biblioteca e foi presidida pelo Vice-almirante José Augusto de Brito, Director-Geral do Instituto Hidrográfico.

O *Hidromar* deseja a todos as maiores felicidades nas suas novas funções.



CTEN Delgado Vicente regressa ao IH



Após terminar o Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS), apresentou-se no IH, no passado dia 2 de Março de 2007, o Capitão-tenente João Paulo Delgado Vicente.

O Comandante Delgado Vicente nasceu em Alcobaça a 27 de Março de 1972. Entrou para a Escola Naval em 1990, sendo promovido a Guarda – Marinha em Outubro de 1995.

Esteve embarcado nos navios patrulha «Mandovi» e «Zambeze» onde chefiou os diversos serviços de bordo, nomeadamente o Serviço de Navegação entre Outubro de 1995 e Setembro de 1996, data em que assumiu o cargo de Oficial Imediato do «Zambeze» até Setembro de 1997.

Entre Setembro de 1997 e Setembro de 1999, foi Chefe do Serviço de Navegação do NRP Oliveira e Carmo.

Em 2000, concluiu o Curso de Especialização de Oficiais em Hidrografia, passando a desempenhar as funções de Oficial Adjunto do Chefe da Brigada Hidrográfica (BH), tendo a seu cargo a responsabilidade pela aquisição e processamento de dados dos sondadores multifeixe.

Fazendo uso da tecnologia multifeixe, participou, ainda, nas missões de busca das viaturas sinistradas após a queda da ponte Hintze Ribeiro em 2001 e de uma aeronave que caiu na costa norte da Ilha da Madeira em Setembro de 2003. Durante a sua permanência na BH, foi co-autor de diversos artigos relacionados

com os sondadores multifeixe, publicados nos Anais do Instituto Hidrográfico, na Revista da Armada e no Hidromar. Em Abril de 2003 participou, em Cádiz, na Conferência Internacional de utilizadores de multifeixe FEMME.

Em 7 de Setembro de 2004, foi empossado Comandante do NRP Andrómeda, cargo que desempenhou até 7 de Setembro de 2006, tendo, então, sido nomeado para frequentar o CPOS.

Da sua folha de serviços constam seis louvores e duas condecorações com a Medalha de Cruz Naval – 3.ª classe.

De regresso ao IH, o Comandante Delgado Vicente é o novo responsável pela Secção de Levantamentos Hidrográficos (LH) da Divisão de Hidrografia. Das tarefas de que está incumbido, salientam-se o acompanhamento da modernização dos métodos e técnicas utilizadas em LH e a análise e avaliação do sistema sondador multifeixe SIMRAD EM 3002 para LH.

O *Hidromar* deseja ao CTEN Delgado Vicente as maiores felicidades nas suas novas funções.

Dr.^a Manuela Matos



A Assessora Principal Maria Manuela Pereira de Matos prestou serviço no Instituto Hidrográfico de 1974 a 2007.

Ao longo da sua carreira esteve ligada às divisões de Costas e Estuários, Geologia Marinha (que chefiou), Química e Poluição do Meio Marinho, finalizando a sua carreira activa na actual divisão de Geologia Marinha.

O empenho e dedicação que demonstrou ao longo dos anos traduziu-se no rigor e aperfeiçoamento técnico-científico da área laboratorial, assim como a participação activa em projectos pioneiros de investigação marinha nacionais e internacionais, projectos estes de grande prestígio para o Instituto Hidrográfico.

Um dos grandes projectos a que dedicou a sua carreira foi o conhecimento dos fundos marinhos da plataforma continental portuguesa, constituindo aquando da sua implementação um exemplo único de esforço e empenho. Este mesmo programa visou a publicação da cartografia sedimentar de toda a plataforma continental portuguesa. Foi ainda autora e co-autora de diversos artigos no âmbito do programa SEPLAT e mineralogia das argilas apresentados em encontros nacionais e internacionais.

Mas não só à área de investigação que se dedicou a Dr.^a Manuela Matos: projectos de prestação de serviços, buscas em acidentes no mar (como o caso do navio «Bolama»), e operações de apoio naval, foram da sua responsabilidade.

A Divisão de Geologia Marinha e o *Hidromar* deseja à Dr.^a Manuela Matos as maiores felicidades na nova etapa da sua vida.

Celina Alegre



Aposentou-se Celina Alegre, que durante 26 anos prestou serviço no IH.

Ao longo destes anos, a Celina foi a «cara» a quem nós tivemos de nos dirigir para obter qualquer informação. A Celina tem o saber de muitos e muitos anos de experiência e dedicação ao serviço e surpreendia-nos com a sua resposta imediata.

Evidenciou-se pela sua sabedoria e espírito de entajuda, tornando-se um exemplo para todos os que com ela trabalharam.

É desta Celina que nos vamos lembrar.

Foi louvada por vários Directores-Gerais e condecorada pelo CEMA com a Medalha de Cruz Naval de 4.^a Classe.

Desejamos-lhe muitas felicidades e muitos sucessos para esta nova etapa da sua vida.

Eng. Luís Laranjeira na Inspecção-Geral do Ambiente



O Eng. Luís Laranjeira foi transferido para a Inspecção-Geral do Ambiente em 23/01/07, depois de ter trabalhado quase 18 anos no IH. Com efeito, entrou no quadro do IH, para o Serviço de Electrotécnica, em 13/11/89 como operário de 3.^a classe (electricista) onde permaneceu

até 29/3/91. Nesta data ingressou na carreira Técnica (Grupo de Pessoal Técnico Profissional) como Técnico Profissional de Oceanografia de 2.^a classe, passando para a Divisão de Oceanografia em 25/6/91. E foi efectivamente na Divisão de Oceanografia onde mais tempo trabalhou. Fez carreira até chegar a Técnico Profissional Especialista Principal (Oceanografia) em 30/11/01 e tendo entretanto seguido os estudos e obtido o grau de Bacharelato, foi reclassificado para Técnico de Manutenção (Grupo de Pessoal Técnico) em 29/7/02. Em 22/11/04 regressou ao Serviço de Electrotécnica e em 12/10/06, já licenciado, após estágio, foi nomeado Técnico Superior de 2.^a classe, na Carreira de Técnico Superior.

Durante a sua estadia no IH o Eng. Luís Laranjeira demonstrou sempre uma grande paixão pelo mar. Possuidor de uma enorme vontade de aprofundar conhecimentos, conseguiu conciliar a sua

actividade no IH com a frequência do ensino superior. Participou em actividades tão distintas como a remodelação dos circuitos de distribuição de energia eléctrica do IH ou as campanhas dos vários sectores da Divisão de Oceanografia. Foi um elemento preponderante na remodelação e substituição dos nossos marégrafos mecânicos por electrónicos, tornando-se nos últimos tempos, o principal interveniente na manutenção da Rede Maregráfica Nacional.

Tendo partido para outros desafios, desejamos-lhe as maiores felicidades nas suas novas funções e que não nos esqueça, assim com nós nunca o esqueceremos. Que mantenha para além do seu profissionalismo, a sua boa disposição, simpatia, dinamismo e espírito de equipa.

O *Hidromar* deseja ao Eng. Luís Laranjeira as maiores felicidades.

NOVOS ESTAGIÁRIOS



Centro de Dados Técnico-científicos

Chama-se Manuela Santos a nova estagiária do CD e é finalista da licenciatura de Engenharia Geográfica da Faculdade de Ciências do Universidade de Lisboa (FCUL).

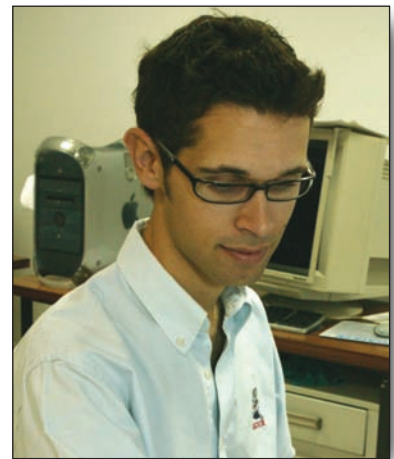
O estágio tem como objectivo o desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para apoiar no planeamento de operações militares, é orientado pela Eng.^a Inês Félix no Instituto Hidrográfico e pela Prof.^a Paula Redweik na FCUL, com uma duração prevista de quatro meses.



Gabinete de Relações Públicas

A licenciada em Design Industrial pelo Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing (IADE), Dr.^a Ana Margarida Gomes, está a realizar um estágio no Gabinete de Relações Públicas, com a duração de seis meses.

O objectivo deste estágio é a reformulação da imagem dos instrumentos de divulgação do Instituto Hidrográfico, o apoio na divulgação de eventos do Gabinete de Relações Públicas e ainda o apoio aos trabalhos do Serviço de Artes Gráficas.



Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros

O Dr. Hugo Ramalho, licenciado em Design Visual pelo Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing (IADE), está a realizar um estágio no Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros, com a duração de seis meses.

O objectivo deste estágio é o apoio à implementação e divulgação da Loja do Navegante.

O *Hidromar* deseja aos novos estagiários muitas felicidades.

O *Hidromar*, enquanto publicação do Instituto Hidrográfico, visa promover o conhecimento das suas actividades e dos seus funcionários, quer internamente (quando utilizado como instrumento de comunicação interna) quer externamente (como veículo de divulgação da excelência da investigação e dos projectos da instituição).

Desta forma, o *Hidromar* será aquilo que os leitores e os colaboradores dele exigirem.

É por esta razão que a colaboração, mais que bem-vinda, é necessária. Serão tão necessários artigos de índole técnica como artigos de opinião, peças relativas a acontecimentos sociais, curiosidades, fotografias ou imagens que se considerem relevantes para fomentar a comunicação dentro e para fora do Instituto.

Sintam-se convidados a participar. paula.mourato@hidrografico.pt

Curso de Promoção a Oficiais Superiores 2006/2007

No passado dia 18 de Janeiro, 31 alunos do Curso de Promoção a Oficiais Superiores de Marinha 2006/2007, acompanhados pelo Director de Curso, CMG Pereira e Cruz e o CFR Martins da Cruz, Professor da Cadeira, pertencente à área específica do ensino de Marinha, visitaram o Instituto Hidrográfico.

A visita teve início no Auditório, onde foi projectado o videograma da Unidade e se fizeram as apresentações do Instituto Hidrográfico e da Direcção Financeira.

No decorrer da visita, os alunos tiveram ainda oportunidade de ficar a conhecer as Divisões de Química e Poluição do Meio Marinho, Hidrografia, Oceanografia, Centro de Dados técnico-científicos, Navegação e a Geologia Marinha.



Visita de Estudo dos alunos da Escola Secundária Saint Dominic's International School



No passado dia 16 de Fevereiro, um grupo de quatro alunos, acompanhados pelo professor da cadeira, da Escola Secundária Saint Dominic's International School, visitou o Instituto Hidrográfico.

A visita teve início no Auditório com uma apresentação feita pelo Adjunto do Director-Técnico, CTEN Moreira Pinto, sobre as actividades técnico-científicas do Instituto Hidrográfico, seguida de uma visita às instalações e divisões técnico-científicas.

Estagiários de 2007 dos cursos: Capitão de Porto, Adjunto de Capitão de Porto e Patrão-mor

No passado dia 22 de Fevereiro, 15 estagiários dos Cursos para Capitão de Porto, Adjunto para Capitão de Porto e Patrão-mor, visitaram o Instituto Hidrográfico.

Após uma apresentação de um videograma, no Auditório, sobre as actividades técnico-científicas do IH feita pelo CTEN Moreira Pinto, os oficiais conheceram as divisões de Hidrografia, Oceanografia, Navegação e Centro de Dados Técnico-Científicos.



Curso CFCO/CFMCO

No dia 9 de Março, o Instituto Hidrográfico recebeu a visita dos alunos da Escola Naval do Curso de Formação Complementar de Oficiais e do Curso de Formação Militar de Oficiais, acompanhados pelo Oficial acompanhante, CTEN AN Pereira Mendes, cujos objectivos desta visita foi dar a conhecer os aspectos essenciais da orgânica e as actividades do Instituto Hidrográfico.

Após terem assistido no Auditório a um videograma sobre as actividades técnico-científicas, o grupo ficou a conhecer as divisões de Hidrografia, Oceanografia, Navegação, Centro de Dados Técnico-Científicos, Química e Poluição do Meio Marinho e a Geologia Marinha.

Depois do almoço, os alunos passaram pela Loja do Navegante, sector dedicado às cartas náuticas, e pela Biblioteca.



Formandos do Curso Geral de Formação Técnico-Profissional da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha



No dia 22 de Março, o Instituto Hidrográfico recebeu a visita dos Formandos do Curso Geral de Formação Técnico-Profissional da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha como objectivo de proporcionar aos formandos um conhecimento geral da Unidade.

O grupo assistiu no Auditório a uma apresentação feita pelo Chefe do Serviço de Pessoal, CTEN Fialho Lourenço, sobre o Instituto Hidrográfico seguida de uma visita às Instalações da Unidade.

Inspector da Marinha do Reino de Marrocos

No passado dia 1 de Março, o Instituto Hidrográfico recebeu a visita do Inspector da Marinha do Reino de Marrocos, o Contra-almirante Mohammed Berrada Gouzi. A visita incluiu um *briefing* feito pelo Dr. Vitorino sobre as actividades técnico-científicas do IH seguida de uma visita às instalações e divisões técnico-científicas. A visita terminou, como habitualmente, com a assinatura do Livro de Honra.



Bispo da Diocese das Forças Armadas e de Segurança

No passado dia 6 de Fevereiro, o Instituto Hidrográfico teve o prazer de receber Sua Excelência Reverendíssima o Bispo da Diocese das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Mendes Ferreira, que se fez acompanhar do Vigário Geral Castrense CMG Costa Amorim e do CMG Fernandes da Costa, Capelão-Chefe da Marinha. Após uma con-

ferência dada pelo Senhor D. Januário no Auditório, seguiu-se uma visita às instalações do IH, dando-se a conhecer as actividades técnico-científicas desta casa, as suas particularidades histórico-culturais e os novos edifícios. No final do almoço D. Januário assinou o Livro de Honra, no qual deixou umas palavras de grande apreço e estima pelo Instituto Hidrográfico.



Admiral Sir Jonathon Band KCB ADC

First Sea Lord and Chief of the Naval Staff

No passado dia 13 de Fevereiro, o Instituto Hidrográfico recebeu a visita de S. Ex.^a Admiral Sir Jonathon Band, First Sea Lord and Chief of the Naval Staff (FSL), que se fez acompanhar do Adido de Defesa do Reino Unido, CFR Neil Sibbit e do CFR Willie Entwistle, Assistente Naval.

Esta visita contou ainda com a presença do Almirante Melo Gomes, Chefe do Estado-Maior da Armada e do CMG Braz da Silva, Ajudante de Campo do CEMA.

Após ter assistido a uma apresentação no Auditório sobre as actividades técnico-científicas do Instituto Hidrográfico, o FSL visitou a divisão de Hidrografia, tendo passado antes pelos pólos museológicos.

No fim da visita, o Admiral Sir Jonathon Band, assinou o Livro de Honra onde expressou o seu prazer em ter visitado o Instituto Hidrográfico.

